



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

24/08/2016 - Sinttel-ES

# Começa negociação com a maior operadora: Vivo

Mais de 200 mil trabalhadores no Brasil se mobilizam para o início da campanha salarial, com data base em 1º de setembro, a partir desta quarta-feira, 24. Além da Vivo/GVT, estão em campanha salarial as operadoras Claro (Embratel e Net), TIM, Nextel, Algar, todas com data base em 1º de setembro.

Essa campanha ocorre num momento muito crítico, em que o governo interino e golpista ameaça acabar com direitos e conquistas históricas dos trabalhadores. Diante disso, a nossa campanha deve significar uma luta em duas frentes: numa para manter os direitos garantidos na CLT, seriamente ameaçados, e outra para garantir as conquistas de acordos coletivos ao longo de anos, com luta e até com greve.

### NENHUM DIREITO A MENOS

Não vamos abrir mão de nossos direitos, vamos lutar com todas as nossas forças contra o golpe e contra os cortes. Da mesma forma que vamos para essa campanha dispostos a manter todas as nossas conquistas de acordos passados e garantir o atendimento de nossa Pauta de Reivindicações. O Sindicato, no entanto, adverte a categoria para que esteja preparada e mobilizada para tudo, porque se as empresas endurecerem nas negociações.

#### Principais itens da Pauta

– Reajuste – 100% do INPC mais 5% de aumento

geral

-Piso Salarial – R\$ 2.100,00 a partir de 1º de setembro

-PPR/PLR – negociação dos parâmetros do Programa de Participação nos Resultados ou nos Lucros e Resultados (PPR/PLR) 2016 até o primeiro trimestre de 2016

-Licença maternidade de 180 dias

-Vale Alimentação (VA) – no valor mensal de R\$ 420,00 concedido nas férias bem como para os trabalhadores em auxílio doença, acidente de trabalho e licença maternidade/adoção

-Vale Refeição (VR) – no valor de R\$ 37,00, sendo 26 vales, independente da quantidade de dias úteis no mês, para os trabalhadores com jornada igual ou superior a 36h semanais, concedido no período de férias, auxílio doença, acidente de trabalho e licença maternidade

-Auxílio creche/babá/pré-escolar – limitado ao valor de 100% do piso salarial da categoria ao mês para todos os trabalhadores com filhos até 7 anos, cabendo a estes opção por creche, babá ou pré-escolar

-Auxílio a dependente portador de necessidades especiais – 100% do piso salarial da categoria ao mês para trabalhadores que tenham filhos nesta condição, sem limite de idade e conforme laudo médico

24/08/2016 - Convergência Digital

# Oi divulga proposta de nova diretoria feita pelo Société Mondiale

A Oi encaminhou à Comissão de Valores Mobiliários a lista de nomes indicados pelo fundo Société Mondiale para comporem um novo conselho de administração da operadora. O documento explicita ao mercado o que o fundo já divulgara ao propor uma assembleia da Oi para 8 de setembro.

A lista traz nomes familiarizados com o mercado de telecomunicações e com a própria Oi (ou ainda nos tempos de Telemar), como o ex-ministro das Comunicações Helio Costa, o ex-presidente do BNDES

Demian Fiocca, além de Durval Soledade Santos, Pedro Grossi Junior, José Vicente dos Santos, Leo Julian Simpson, Jonathan Dann e Marcelo Itagiba.

Vale lembrar, porém, que a resposta da Oi ao pedido de assembleia feito pelo acionista – o Société tem pouco mais de 6% do capital da tele – foi no sentido de que uma convocação depende da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, onde tramita o processo de recuperação judicial da empresa.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

24/08/2016 - Sinttel-ES

# Sinttel-ES responde ao comunicado da Telemont

**O diretor regional da Telemont no ES, Fernando Bering, fez um comunicado aos seus “colaboradores” afirmando que:**

“diferentemente do que foi publicado pelo Jornal Canal de Voz do Sinttel-ES não apresentou proposta com pisos salariais nos valores informados, bem como demais condições econômicas e sociais. A proposta da Telemont foi apresentada através do seu sindicato patronal – Sinstal (grifo nosso) e construída em mesa de negociação com a Fenattel e Sindicatos laborais, sendo diversa da informada pelo Sinttel-ES.”

Para o Sinttel-ES, a Telemont, de forma clara, informa

que não pretende cumprir a proposta de Convenção Coletiva que foi negociada entre as comissões de negociação da Fenattel (que apresenta os Sindicatos de Trabalhadores em Telecomunicações de 21 estados do país) e do Sinstal – Sindicato Nacional das Prestadoras de Serviço em Telecomunicação, afirmando não ser dela. Isso não corresponde à verdade.

Diante disso, o Sinttel-ES fez um comunicado a todos os trabalhadores e apresentou o documento encaminhado pelo Sinstal, o qual o Sinttel-ES usou para produzir o Canal de Voz e informar a categoria, convocando para assembleias de avaliação da proposta de CCT 2016/2017.

### Comunicado do Sinttel-ES para os/as trabalhadores/as na Telemont

Caros companheiros e companheiras

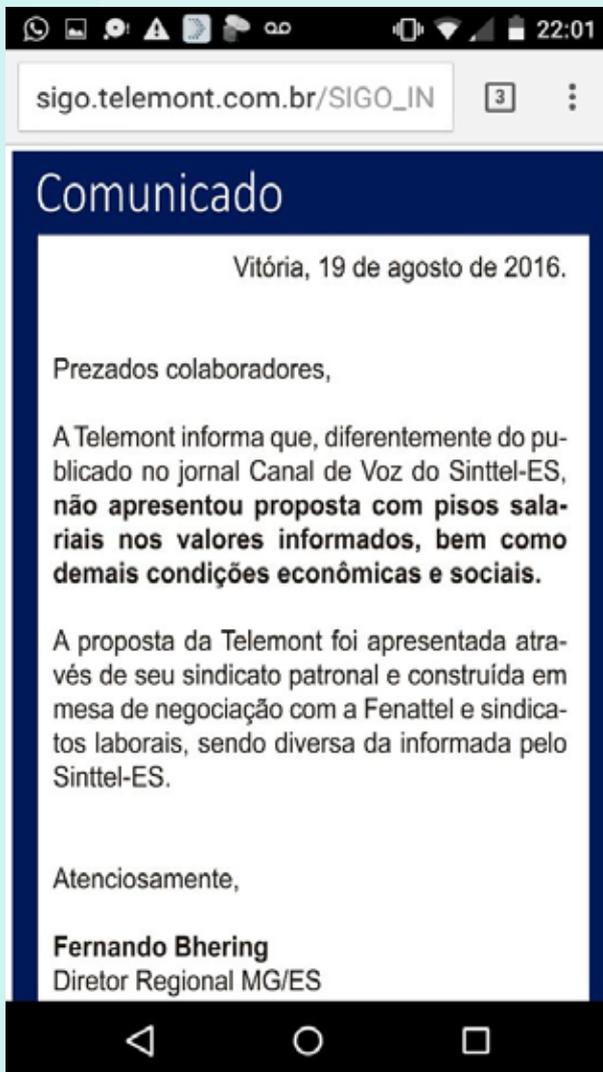
O Sinttel-ES vem de pronto rechaçar o comunicado da Telemont, divulgado nesta sexta-feira pela gerência regional no ES.

O jornal Canal de Voz NÃO APRESENTOU PROPOSTA DA TELEMONT para ser avaliada em assembleia. O que foi divulgado pelo Sinttel-ES foi a proposta de renovação da Convenção Coletiva negociada com o SINSTAL - Sindicato Nacional das Prestadoras de Serviços em Telecomunicações.

A Telemont quer criar confusão no processo de negociação da Convenção Coletiva. Veja o documento enviado pelo Sinstal apresentando a proposta, fruto das reuniões que foram feitas com a Comissão de trabalhadores dos sindicatos filiados à Fenattel:

[Veja o documento completo na internet](https://drive.google.com/open?id=0B0rvsCQbXXy7YzFCdzByVzRIZnM)

<https://drive.google.com/open?id=0B0rvsCQbXXy7YzFCdzByVzRIZnM>



Acesse este link para ver o documento na íntegra:

<https://drive.google.com/open?id=0B0rvsCQbXXy7YzFCdzByVzRIZnM>



# Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Veja o Canal de Voz 837:

<http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/08/canaldevoz837.pdf>

## CANAL DE VOZ



SINTTEL·ES

Informativo do Sinttel-ES nº 837 www.sinttel-es.org.br 15/08/2016



Prestadoras de serviços em Telecom

# Assembleias vão avaliar proposta das prestadoras

DIA	HORA	LOCAL
22/08/2016	8 horas	Pátio Telemont - Jardim Limoeiro - Serra
		Pátio Telemont - Vila Capixaba - Cariacica
23/08/2016	8 horas	Pátio Hallen - Jardim Limoeiro - Serra
		Pátio Rochas - Rio Marinho - Vila Velha
24/08/2016	8 horas	Em frente à MR TEL - Goiabeiras - Vitória
		Pátio HTC - Helio Ferraz - Serra
25/08/2016	8 horas	Rua Ozires de Souza Freitas, 125 - Vila Rica Cachoeiro de Itapemirim-ES
	18h30	Sede do SINTTEL, Rua Barão de Monjardim, 251 Centro, Vitória

### Proposta feita pelas empresas prestadoras de serviços no setor de telecomunicações

#### Piso Salarial

O valor face para o piso da categoria fica estipulado em R\$ 924,00 a partir de abril de 2016. A partir de dezembro de 2016 passará para 970,20 e, para R\$ 1.018,71 a partir de março de 2017.

As diferenças salariais poderão ser pagas em até 3 vezes, sendo a primeira parcela paga junto do salário de agosto.

#### Piso por função

Reajuste de 10,00% (dez por cento), sendo: reajuste de 5,0% a partir de abril de 2016, sobre os valores praticados em 31/03/2016. Reajuste 5,0% a partir de 1º de dezembro de 2016, sobre os valores praticados em

31/03/2016. As diferenças salariais poderão ser pagas em até 3 vezes, sendo a primeira parcela paga junto do salário de agosto.

#### Novos Pisos:

Foram estabelecidos novos pisos por função:

AUXILIAR DE PROJETOS: fica estipulado em R\$ 1.673,36 a partir de 1º de abril de 2016 e de R\$ 1.753,04 a partir de 1º de dezembro de 2016.

PROJETISTA: fica estipulado em R\$ 2.120,78 a partir de 1º de abril de 201 e de R\$ 2.221,77 a partir de 1º de dezembro de 2016;

As diferenças salariais poderão ser pagas em até 3 vezes, sendo a primeira parcela paga junto do salário de agosto.

Continua no verso...



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/08/2016 - CUT

# Planos de saúde dão calote bilionário no SUS

Os dados, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, referem-se ao período iniciado em 2001

Noticiado pelo jornal Folha de S. Paulo de hoje, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANSS) divulgou que três em cada 10 planos de saúde privados não pagam de volta o atendimento que o SUS prestou a seus clientes.

Desde 2001, o calote divulgado é de R\$ 826 milhões. Porém, o buraco é maior, segundo o professor Mário Scheffer, professor da Faculdade de Medicina da USP, ouvido pela Folha. Ele informa que esses valores referem-se apenas a procedimentos simples. Os outros, mais complexos, como hemodiálise e tratamento de câncer – que os planos privados invariavelmente transferem para o SUS – não estão contabiliza-

dos nessa conta.

Além disso, há R\$ 1,4 bilhões cobrados pela ANSS que as empresas de plano de saúde estão contestando na Justiça.

A conta não para aí. Embora a cobrança tenha sido institucionalizada em 1998, só começou a ser feita em 2001. Ou seja, três anos foram simplesmente esquecidos.

Tais fatos são mais uma mostra do perigo representado pela proposta do ministro interino da saúde de criar “planos de saúde baratos” para substituir parte do papel do SUS.

23/08/2016 - Convergência Digital

# Pedido de vista adia votação do PL do fim das concessões de Telecom

O substitutivo ao projeto de lei 3453/15, que autoriza a transformação das concessões de telefonia em autorizações, quase passou nesta terça, 23/8, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. Apesar de apelos do relator e autor do projeto, e de uma aparente maioria para aprovação, um pedido de vista adiou a decisão por pelo menos duas semanas.

Para o deputado Hélder Salomão (PT-ES), responsável pelo adiamento, “ainda há dúvidas sobre o projeto e gostaria ainda de apresentar sugestões, para além das emendas que foram rejeitadas pelo relator, até porque sei da urgência que tem esse projeto para o governo”.

Como alertado durante a reunião, o calendário eleitoral já vem alterando o ritmo do Congresso Nacional e na próxima semana não deve ser realizada reunião deliberativa. Nesse caso, uma nova tentativa da CDEICS de votar só deve acontecer em setembro, na semana entre os dias 5 e 9.

A aprovação, porém, não parece ser difícil. A julgar pelas manifestações dos parlamentares presentes à reunião desta terça, o substitutivo apresentado pelo relator na comissão, Laercio Oliveira (SD-SE), tem apoio sufi-

ciente para seguir em frente na Câmara – ou seja, ir para a CCJ, de onde pode ir logo ao Senado.

Embora tenha feita algumas modificações na proposta original de Daniel Vilela (PM-DB-GO), o substitutivo mantém a essência do projeto, ao permitir que a Anatel transforme as concessões do STFC, prestadas em regime público, em autorizações de serviço, em regime privado. A dinâmica prevê um ajuste de contas entre as obrigações e os bens reversíveis – ambos deixarão de existir – a ser transformado em investimentos em banda larga.

“Todos enxergamos as dificuldades que passam as telecomunicações no país e principalmente o serviço que não chega com qualidade à contento. Esse projeto tenta reparar um serviço de péssima qualidade trazendo inovações e investimentos”, defendeu o relator nesta terça.





## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/08/2016 - Vermelho

# Paulo Kliass: A mercantilização da sonegação

**Serra pretende criar um mecanismo legal para privatizar a negociação das dívidas tributárias emitidas pelos tesouros públicos. Uma loucura.**

A cada semana que avança um pouco mais o processo do golpeachment, o governo interino deixa mais evidente a sua profunda dependência para com o tucanato. A equipe de Temer conta com uma base política e parlamentar contraditória, onde procura conciliar os desejos gulosos da vasta sopa de letrinhas do chamado Centrão fisiológico com os requisitos mais ideológicos e doutrinários dos formuladores ligados ao PSDB.

Para dar conta dessa difícil tarefa, o interino conta com a não desprezível ajuda da grande imprensa, que há meses tem promovido uma verdadeira blindagem ao seu governo. Imaginem-se quais não teriam sido as manchetes e reportagens dos últimos tempos caso fosse outra a ocupante do cargo no Palácio do Planalto. O governo do vice presidente tem se caracterizado por uma sucessão de escândalos atingindo seus auxiliares de primeiro escalão - envolvimento sucessivos em corrupção, gafes e gastanças. Isso para não falar do silêncio sepulcral a respeito da continuidade da recessão da economia, do aumento do desemprego, dos níveis elevado da inflação e por aí vai.

Os grandes meios de comunicação resumem-se a insistir em suas cansativas loas à suposta competência técnica dos integrantes da equipe econômica. E torcem ansiosamente para que surja no horizonte algum sinal de reversão da tendência de ladeira abaixo da atividade econômica. Afinal, essa era mesma a intenção do austericídio, iniciado pela duplinha dinâmica de Joaquim Levy e Nelson Barbosa. E essa opção estratégica de ajuste foi mantida e aprofundada por Henrique Meirelles e Ilan Goldfajn.

### Temer e os tucanos: dependência

A articulação estreita do governo com o financiamento se realiza por meio de figuras experimentadas da seara peessedebista. Ali estão ocupando cargos estratégicos Pedro Parente na Petrobrás, Maria Sílvia Bastos Marques no BNDES, José Serra no Itamaraty, Eduardo Guardia na Secretaria Executiva do Ministério

da Fazenda, entre tantos outros.

A centralidade da opção estratégica de Temer permanece sendo a liberalização e a privatização em sentido mais amplo dos termos. Para além dos estragos conjunturais provocados pelo arrocho fiscal, a intenção primordial é promover um verdadeiro e definitivo desmonte do Estado. Com isso, lograr a eliminação de toda e qualquer capacidade de se utilizar das políticas públicas para promover o desenvolvimento social e econômico em algum momento do futuro. A palavra de ordem se resume a mercado, mais mercado e ainda um pouco mais de mercado.

A novidade mais recente dessa tucano-dependência da interinidade encontra-se em um projeto de lei em tramitação no Senado Federal. Não por acaso a autoria da peça é de José Serra, assim como foi com a proposta de estabelecer teto e limite para o endividamento público. Trata-se do PLS 204, de 2016, que "dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação", de acordo com a ementa disponível na página do Senado.

### Devo, não nego - R\$ 1,5 trilhão

A proposição do atual chanceler interino consegue ser - a um só tempo - ousada e catastrófica. Serra pretende criar um mecanismo legal para privatizar a negociação das dívidas tributárias emitidas pelos tesouros públicos, sejam os de nível municipal, estadual ou o próprio federal. Uma loucura! Do ponto de vista simbólico representa um atestado de falência para um dos atributos mais típicos do Estado: a capacidade de arrecadação e de cobrança de impostos.

A intenção é criar um verdadeiro mercado secundário de negociação de débitos para com a administração pública, em especial das quantias tributárias não pagas de empresas para com a União. Atualmente, há estimativas de que o estoque total desse tipo de dívida não paga atinja o valor de R\$ 1,5 trilhão.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Nesse grande bolo há de tudo: desde as dívidas reconhecidas e em processo de cobrança judicial, até aquelas ainda em busca de “negociação” nos espaços dos conselhos de contribuintes. Basta recordarmos aqui os escândalos todos que vieram à tona recentemente, por meio da chamada Operação Zelotes.

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) é um órgão subordinado ao Ministério da Fazenda e está encarregado de avaliar os pleitos das grandes empresas a respeito de dívidas tributárias que as mesmas questionam. São valores bilionários, envolvendo grandes corporações, como é o caso dos bancos. Apenas em um único caso do Itaú, onde era diretor até poucos meses atrás o atual presidente do Banco Central, a Justiça anulou um perdão irregular que havia sido concedido pelo conselho de um débito tributário superior a R\$ 330 milhões.

Pois bem, a proposta de Serra abre o precedente de legalizar a “cessão do direito creditório”. Assim, por exemplo, a União poderia vender um direito tributário que tem sobre uma empresa qualquer. Ao invés de estimular o aperfeiçoamento das cobranças de tais dívidas pelas instâncias da própria administração pública, ela passaria a vender esse título para quem tivesse interesse no negócio. Obviamente que o comprador exigiria uma enorme taxa de deságio, pois ali estariam embutidos os custos e os riscos envolvidos em tal operação.

### Débito tributário é crime e não mercadoria

Os especialistas do mercado financeiro enchem a boca para aplicar seus conceitos do financês. Nesse caso, o mercado estaria “precificando” a cobrança das dívidas tributárias. Por esse mecanismo, haveria uma definição do desconto a ser obtido, de acordo com o perfil do título em questão. Cada título teria o seu próprio “preço” nesse mercado secundário da sonogação. Alguma dúvida respeito de que tipo de empresa possui estrutura de departamento jurídico e financeiro em condições de conseguir bons resultados naquilo em que a Secretaria da Receita do Brasil e a Procuradoria da Fazenda Nacional ainda não tinham

obtido êxito?

Afinal, se a dívida fosse mesmo incobrável, o que levaria uma empresa financeira resolver pagar antecipadamente à União por esse tipo de papel sem futuro? Estaria disposta a praticar uma filantropiazinha básica e colaborar com a recuperação das finanças do governo federal? Óbvio que não. Trata-se simplesmente de “business, as usual”. As empresas topariam ficar com os débitos tributários para os quais enxerguem alguma perspectiva de recuperação dos valores - seja pela via judicial ou pela negociação. A exposição de motivos do senador cita algo em torno de R\$ 110 bilhões como sendo o potencial de negociação nesse mercado que ele pretende instituir. E quem ficaria com os débitos considerados mesmo irrecuperáveis?

Ora, se esses valores estão sendo precificados, é porque alguma probabilidade de recuperação do débito já foi calculada. Assim, não faz o menor sentido que a União institucionalize o prêmio à sonogação, permitindo que seja criado esse mercado secundário especulativo com esse tipo de papel. Cabe a ela exatamente a conduta oposta: aperfeiçoar e profissionalizar cada vez a sua própria capacidade de cobrança das dívidas reconhecidas. Mas os sinais emitidos pelo núcleo duro de Temer vão em sentido contrário. O governo pede a urgência para a votação da matéria, que já está em condições de ser apreciada pelo plenário do Senado.

Débito tributário não pode ser transformado em mais um instrumento de acumulação de capital. É importante deixar claro que dívida do setor privado para com a União não é mercadoria. Aquele que sonoga ou não paga o valor devido ao fisco está cometendo um crime. E assim deve ser tratado pelo Estado brasileiro.

**\* Paulo Kliass é doutor em Economia pela Universidade de Paris 10 e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira do governo federal.**

**Fonte: Carta Maior**